

QUANDO A SUBVERSÃO TAMBÉM EDUCA: o caso da militante política de esquerda Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945-)

*Maria Eduarda Continho Oliveira Santos
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Tayanne Adrian Santana de Moraes Silva*

Resumo

Este artigo tem como foco a trajetória de formação política da professora Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945-), militante de esquerda, durante o Regime Civil-Militar (1964-1985). O objetivo foi compreender como as atividades consideradas subversivas pelo regime foram formativas e auxiliadoras na construção da sua identidade política. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa documental, a partir da qual foram analisadas as folhas de antecedentes da militante, produzidas pela Delegacia de Ordem e Política e Social (DOPS); seu processo de indenização dirigido à Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado de Pernambuco e o Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Teoricamente, a análise foi realizada à luz da historiadora Michelle Perrot (1998; 2007), que compreende a história das mulheres em uma perspectiva plural e considerando-as protagonistas de seus destinos. Os resultados revelam que a atuação de Maria Teresa Vilaça junto aos trabalhadores do campo, ao movimento estudantil e aos partidos políticos de esquerda, considerados como subversivos pelos militares na época, foi primordial para sua formação política e ética, especialmente diante do contexto em que estava inserida. Esses elementos não apenas ajudam a compreender como ela se constituiu como militante de esquerda em tempos de repressão, mas também destacam a atuação política das mulheres em contextos de autoritarismo.

Palavras-chave: formação política de militantes; história da educação das mulheres; regime civil-militar.

WHEN SUBVERSION ALSO EDUCATES: the case of the left-wing political militant Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945–)

Abstract

This article focus on the trajectory of political formation of the teacher Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945–), a left-wing militant during the Civil-Military Regime in Brazil (1964–1985). Its aim is to understand how the activities deemed subversive by the regime were formative and contributed to the construction of her political identity. To this end, the methodology adopted was documentary research, through which we analyzed the militant's background records, produced by the Department of Political and Social Order (DOPS), her compensation claim submitted to the Secretariat of Justice and Citizenship of the Government of the State of Pernambuco, and the Final Report of the Dom Helder Câmara State Commission for Memory and Truth. Theoretically, the analysis was conducted in light of the work of historian Michelle Perrot (1998; 2007), who understands women's history from a plural perspective and regards women as protagonists of their own destinies. The results show that Maria Teresa Vilaça's engagement with the cause of rural workers, the student movement, and left-wing political parties — all considered subversive by the military at the time — was central to her political and ethical formation, especially given the context in which she lived. These elements help not only to understand how she specifically shaped herself as a left-wing militant in times of repression, but also to highlight women's political agency in periods of authoritarian rule.

Keywords: civil-military regime; history of women's education; political training of activists.

CUANDO LA SUBVERSIÓN TAMBIÉN EDUCA: el caso de la militante política de izquierda Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945—)

Resumen

Este artículo se centra en la trayectoria de formación política de la profesora Maria Teresa de Lemos Vilaça (1945—), militante de izquierda durante el Régimen Civil-Militar en Brasil (1964—1985). El objetivo fue comprender cómo las actividades consideradas subversivas por el régimen tuvieron un carácter formativo y contribuyeron a la construcción de su identidad política. Para ello, la metodología utilizada fue la investigación documental, a partir de la cual se analizaron los registros de antecedentes de la militante, producidos por la Delegación de Orden Político y Social (DOPS), su proceso de indemnización dirigido a la Secretaría de Justicia y Ciudadanía del Gobierno del Estado de Pernambuco, y el Informe Final de la Comisión Estatal de la Memoria y la Verdad Dom Helder Câmara. Teóricamente, el análisis se realizó a la luz de la historiadora Michelle Perrot (1998; 2007), quien comprende la historia de las mujeres desde una perspectiva plural y las considera protagonistas de sus propios destinos. Los resultados revelan que la actuación de Maria Teresa Vilaça en la causa de los trabajadores rurales, en el movimiento estudiantil y en los partidos políticos de izquierda — considerados subversivos por los militares en aquella época — fue fundamental para su formación política y ética, especialmente en el contexto en el que estaba inserta. Estos elementos ayudan no solo a comprender cómo ella se constituyó específicamente como militante de izquierda en tiempos de represión, sino también a destacar la actuación política de las mujeres en períodos de autoritarismo político.

Palabras clave: formación política de las militantes; historia de la educación de las mujeres; régimen civil-militar.

INTRODUÇÃO

O Golpe Civil-Militar de 1964 representou o início de um período de repressão às liberdades civis e de combate sistemático a qualquer dissidência a essa nova política. Ao longo de cinco governos (1964-1985) instaurados por eleições indiretas, consolidou-se um aparato autoritário que conferia ao poder executivo a prerrogativa de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos e institucionalizar a violência contra opositores, elementos que reverberaram na forma como, nos anos seguintes, a “resistência” se formaria (Bechara; Rodrigues, 2015).

Naquele contexto, a resistência à ditadura assumiu formas diversas e, sobretudo nos anos de maior cerceamento político, foi sustentada por setores organizados, frequentemente minoritários e de vanguarda, entre os quais se destacavam militantes estudantis, organizações de esquerda, segmentos religiosos progressistas e núcleos sindicais. Em meio à clandestinidade e ao arrocho da repressão, tais sujeitos transformaram esses espaços em meios para reconfigurar sua formação militante, expandir suas redes de sociabilidade política e organizar formas de enfrentamento ao regime autoritário.

É nesse cenário que destacamos as experiências de mulheres engajadas nessas ações, atravessadas por sentimentos ambivalentes de coragem e medo, entre tantas outras formas de sentirem, nos corpos e nas mentes, os desdobramentos da “repressão” e da “resistência” em tempos de autoritarismo. Compreender seus processos de formação política durante o Regime Civil-Militar exige deslocar o olhar para além das instituições formais de ensino, de produção intelectual e de participação política. Isto porque, embora a historiografia da educação tenha, tradicionalmente, dirigido seus esforços à análise de instituições escolares formais, é condição *sine qua non* considerar experiências outras, a exemplo do enfrentamento ao regime cuja dimensão

político-formadora é igualmente relevante para ampliar o que se entende por educação nesse e em outros períodos, afinal, apesar das décadas transcorridas desde o fim do regime, as marcas do período autoritário reverberam na sociedade brasileira.

A ascensão de discursos que relativizam ou mesmo celebram crimes cometidos por agentes do Estado revela a permanência de um imaginário sustentado por uma memória seletiva e romantizada da ditadura. Narrativas que evocam um suposto período de ordem, crescimento econômico e combate à corrupção, já muito contestadas por diferentes pesquisadores, ganharam espaço nas redes sociais e em esferas institucionais.

Essa atualização/modernização do autoritarismo tornou-se evidente entre 2019 e 2022, durante o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), cuja trajetória pública foi marcada pela exaltação de figuras como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido por suas práticas sistemáticas de tortura a opositores políticos. Convém recordar que, na corrida eleitoral de 2018, seus apoiadores também mobilizaram episódios anteriores, como o das violências verbais proferidas por ele à então deputada federal e professora Maria do Rosário Nunes (PT), em 2003, para reforçar sua imagem de enfrentamento à “esquerda”.

A adesão a essa narrativa militarista, que combina a relativização da violência de Estado com a desqualificação de pessoas vinculadas à defesa dos direitos humanos, reforça a urgência de revisitar trajetórias de resistência, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres que enfrentaram o silenciamento e a repressão estatal, bem como violências das quais foram e ainda são alvos. Entre essas trajetórias, destaca-se a da professora Maria Teresa de Lemos Vilaça, hoje com 81 anos, cuja militância permite compreender a ação política como experiência formativa e como parte de uma educação comprometida com a memória, a justiça e os direitos humanos.

Neste artigo, buscamos compreender, portanto, de que maneira estratégias de engajamento rotuladas pelo regime civil-militar como “subversivas” atuaram como elementos formativos na constituição da identidade política de mulheres militantes, tomando como referência a trajetória de Maria Teresa Vilaça. Natural de Gravatá, cidade do Agreste pernambucano, ela se envolveu, desde a juventude, nas lutas sociais. Participou de mobilizações sindicais em Pernambuco, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e compôs mobilizações de resistência na zona canavieira do estado, experiências que antecederam sua entrada, em 1964, no curso de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A atuação no movimento estudantil ampliou seus contatos com militantes e organizações de esquerda, ao mesmo tempo que sua formação acadêmica e, posteriormente, sua atuação como professora de História conferiram novos contornos à sua militância. Em meio às dissidências internas do campo comunista e aos debates sobre a luta armada, Maria Teresa rompeu com o PCB, em 1969, aproximando-se do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e, posteriormente, da Ação Libertadora Nacional (ALN)¹, organizações que defendiam a luta armada como forma de enfrentamento ao regime. No contexto de crescente repressão, foi presa em 1970, na casa dos pais, no Recife, permanecendo encarcerada por quase cinco anos, período em que sofreu diferentes formas de violência física e simbólica.

Partimos do entendimento de que as experiências de clandestinidade, perseguição e cárcere não inauguraram a identidade política de Maria Teresa, mas verticalizaram, aprofundaram e

¹ Organização revolucionária fundada em 1967 por Carlos Marighella, após seu rompimento com o PCB. De orientação marxista-leninista, defendia a insurreição popular e a luta armada como estratégias de combate ao regime. Ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do PCBR, foi uma das principais organizações guerrilheiras em atuação no país, nas décadas de 1960 e 1970.

radicalizaram uma formação militante já em curso e advinda das experiências vividas em instituições educativas e em microcosmos políticos como os já anunciados, conferindo novos sentidos à sua trajetória como mulher, educadora e sujeito político em contexto autoritário. Deste modo, a trajetória de Maria Teresa de Lemos Vilaça é tomada não como experiência isolada, mas como via de acesso a dimensões coletivas da atuação feminina na resistência à ditadura, especialmente aquelas invisibilizadas pela centralidade conferida às lideranças públicas, armadas e masculinas.

No esforço de contribuir para uma produção do conhecimento histórico atenta à perspectiva das mulheres, como argumentam Barreto e Faria Filho (2025), torna-se urgente dar a ver trajetórias consideradas “comuns”, especialmente das mulheres que enfrentaram a ditadura. Como afirma Perrot (2007, p. 16), “[...] as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento”. Embora com alguns ganhos de causa, ainda se faz necessário escrever histórias outras que contemplem sua atuação no tecido social e rompam com o histórico de marginalização por elas sofrido.

Para tanto, mobilizamos procedimentos da pesquisa histórica, a saber: pesquisas bibliográfica e documental, para analisar como práticas criminalizadas pelo regime constituíram a identidade militante e a formação política de Maria Teresa. A primeira permitiu contextualizar sua atuação e identificar produções acadêmicas que abordam sua militância, com destaque para Mello (2021), Ribeiro (2018) e Cavalcanti (2024), que discutem, sob diferentes perspectivas, a participação feminina na luta armada e as formas de repressão vividas pelas mulheres durante o período.

Partimos do pressuposto de que a ideia de “subversão”, categoria jurídica, mas também discursiva e central ao referido regime, carrega sentidos passíveis de disputa do ponto de vista historiográfico. Assim entendemos, porque, embora o regime ditatorial a tenha utilizado para perseguir sujeitos opositores, tal classificação pode ser reinterpretada à luz da História Cultural, uma vez que, como ressalta Tania de Luca (2020, p. 9), “[...] longe de serem estáticas, as interpretações sobre o passado estão sempre abertas a outras possibilidades de compreensão”. A subversão, portanto, pode ser compreendida como gesto de deslocamento de ideias e ideais, na qual situamos aqueles e aquelas que “[...] resistiram, tramaram, insurgiram-se contra a censura e o terror do regime imposto em 1964”.

A pesquisa documental, por seu turno, foi realizada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, localizado na cidade do Recife-PE, e no Arquivo Nacional, com análise do processo, das folhas de antecedentes, dos prontuários da Delegacia Auxiliar de Pernambuco, dos registros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)² e do processo de anistia dirigido à Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado de Pernambuco por Maria Teresa, à luz da Lei nº 6.683/1979³. Orientada pelos aportes teóricos de Perrot (1998; 2007), a análise privilegiou redes de sociabilidade, trajetórias educacional e profissional e inserção político-partidária, sem desconsiderar o contexto de violência em que Maria Teresa estava imersa.

² O DOPS foi um dos principais órgãos de vigilância e repressão política no Brasil, com atuação estadual e articulação nacional. Embora sua origem remonte à Primeira República, sua estrutura foi ampliada após 1964, sobretudo pela integração ao Sistema Nacional de Informações (SNI), passando a atuar no controle de sindicatos, estudantes, organizações de esquerda e opositores do regime.

³ Também conhecida como Lei da Anistia e resultado de intensa mobilização social, foi sancionada durante o governo João Batista Figueiredo, em meio ao processo de distensão política. Embora tenha permitido o retorno de exilados e a reparação de perseguidos políticos, sua formulação também beneficiou agentes do Estado envolvidos em violações de direitos humanos, aspecto ainda criticado por entidades de direitos humanos.

O GOLPE E A REPRESSÃO: O CASO PERNAMBUCANO

Como reconhece parte expressiva da historiografia sobre o Regime Civil-Militar brasileiro, o golpe de 1964 foi precedido pelo acirramento ideológico e pela crescente instabilidade política, marcados pela retórica do medo e pela construção de um inimigo: o comunismo e seus partidários. A renúncia de Jânio Quadros (1917-1992), em 1961, somada à posse contestada de João Goulart (1919-1976), já evidenciava a fragilidade das instituições democráticas (Bortoli, 2019). Durante o governo Jango, tensões entre projetos populares e interesses das elites econômicas se acirraram, sobretudo diante das reformas de base e da aproximação com setores sindicais e movimentos sociais, contribuindo para que a imagem pública desse estadista fosse associada à “ameaça comunista”.

Essa narrativa foi amplificada pela articulação de setores militares, empresariais, religiosos e midiáticos que encontraram no anticomunismo o cimento ideológico necessário para justificar a ruptura democrática que, conforme analisou Dreifuss (1981), por meio de campanhas políticas e ideológicas organizadas, buscaram reconfigurar o poder, no qual a construção do “inimigo interno” serviu para mobilizar apoios e interromper processos de democratização em curso.

A lógica do “inimigo interno” logo se expressaria com características específicas também nos estados, convertendo lideranças políticas locais⁴ e movimentos sociais em alvos prioritários da repressão. Em Pernambuco, esse processo assumiu contornos particulares, uma vez que o cenário local já era marcado pela crescente organização dos trabalhadores rurais e pela intensa efervescência cultural e educacional que tornaram o estado um polo de experiências políticas progressistas, como demonstram Santos e Barreto (2024), ao evidenciarem as formas de atuação que desembocaram na mundialmente conhecida campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Já na primeira metade da década de 1960, Pernambuco destacou-se nacionalmente pela articulação entre cultura e educação popular, sobretudo por meio de iniciativas como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e as ações do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (Veras, 2018). Em paralelo, a luta por reforma agrária ganhava força diante das históricas desigualdades no campo. As Ligas Camponesas⁵, lideradas por Francisco Julião e Maria Celeste Vidal (Barreto; Nascimento, 2021), converteram o estado em um dos principais focos de enfrentamento ao latifúndio (Santos, 2014). Essas organizações e seus aliados políticos, como o governador Miguel Arraes, seriam rapidamente enquadrados como elementos desestabilizadores, reforçando a lógica repressiva que sustentou a ascensão do regime.

Diante do golpe, a repressão militar em Pernambuco instaurou-se de maneira imediata. No centro do Recife, estudantes organizaram manifestações que denunciavam o caráter autoritário da ruptura democrática. A resposta das forças armadas foi violenta, e dois jovens foram assassinados: Jonas de Albuquerque Barros, estudante de 17 anos, e Ivan Rocha Aguiar, de 23, militante do PCB

⁴ A exemplo do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes (1916–2005). O advogado tornou-se um dos principais alvos da repressão no estado por sua aproximação com movimentos camponeses e setores progressistas, dado que foi interpretado pelos militares como evidência da “infiltração comunista” na administração pública. Já nos momentos inaugurais do regime, Arraes foi deposto e preso, após um cerco ao Palácio do Campo das Princesas (Rozowykwiat, 2014; Cavalcanti, 2024).

⁵ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, criadas em 1955, inicialmente no Engenho Galiléia, em Pernambuco, voltadas à reivindicação da reforma agrária e de melhores condições de vida no campo. Sob a liderança de Francisco Julião, expandiram-se para outros estados e tornaram-se uma das principais frentes de enfrentamento ao latifúndio até o golpe de 1964 (Santos, 2014).

(Rozowykwiat, 2014), ação que indica os rumos de terror e violência que se aprofundariam nos meses seguintes⁶.

O episódio revela como a juventude estudantil emergia, naquele momento, como uma das principais vozes de contestação à nova ordem. Apesar da violência que se abatia sobre as instituições de ensino, especialmente as universidades, estas se tornaram polos de resistência política. Nos anos de 1960, a UFPE figurou como um desses polos, influenciada pela atuação de professores críticos ao regime e pela mobilização dos centros acadêmicos. A despeito de se tratar de um engajamento restrito a uma parcela do corpo universitário, a relevância dessas práticas oposicionistas reside em sua insistência frente ao avanço da repressão.

Esses sujeitos, sobretudo os estudantes, foram frequentemente rotulados como subversivos, tendo em vista que suas práticas cotidianas de organização política eram reiteradamente interpretadas como ameaças à ordem institucional. Essa perspectiva foi juridicamente consolidada no Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que enquadrava diversas formas de oposição como crimes contra a segurança nacional, inclusive a distribuição de jornais e panfletos, comícios e passeatas e qualquer “[...] injúria, calúnia ou difamação, quando o ofendido fôr órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições” (Brasil, 1967, n. p.).

Igualmente enquadrados na categoria genérica de “subversivos”, movimentos sociais e agremiações de esquerda também se tornaram alvos centrais da repressão, por sua capacidade de aglutinar opositores e fomentar o debate político. Esses espaços contribuíram para a formação intelectual e moral de seus integrantes, entrelaçando experiências de solidariedade e engajamento político-social. Exemplo emblemático foi a atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN), que, ao propor vias de construção do socialismo no Brasil, enfrentou duramente o aparato repressivo do regime (Mello, 2021).

Essa perspectiva mobilizou sujeitos de origens diversas e, entre eles, as mulheres que atuaram na ALN. Ribeiro (2018) identificou ao menos 330 mulheres vinculadas à organização, em funções que iam da panfletagem à logística, de atividades de inteligência à participação direta em ações armadas. Em contextos nos quais a presença política feminina era socialmente limitada ou invisibilizada, tais experiências rompiam papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres (Tomazoni, 2017, p. 59).

Em concordância com Michelle Perrot (2007, p. 153), para quem “ser uma mulher na política” parecia ser “uma antítese da feminilidade”, consideramos que esse envolvimento desafiava não apenas o regime, mas os códigos do que se considerava feminino na época, o que nos conduz à necessidade de problematizar os sentidos de formação política em ambientes autoritários. Afinal, o que podemos compreender por educativo, quando as aprendizagens ocorrem à margem das instituições formais, em meio à repressão, ao risco e à clandestinidade? Quais práticas, experiências e vínculos tornam possível constituir-se como sujeita política, além de professora, nesses contextos?

Ao serem classificadas como “subversivas”, essas mulheres não apenas foram alvo da repressão estatal, mas também inscritas em um regime discursivo conservador que as deslocava de qualquer representação socialmente aceitável de feminilidade. Se, no entanto, essa alcunha foi mobilizada pelo regime como instrumento de estigmatização, também pode ser ressignificada

⁶ A título de exemplificação, somente em Pernambuco, entre março e dezembro de 1964, 25 militantes foram assassinados pelas forças de segurança (Veras, 2018).

como categoria analítica, para se compreenderem trajetórias insurgentes, marcadas por experiências de solidariedade, (auto)formação e ação coletiva.

É sob essa ótica, que reconhece a subversão como prática política e parte do processo formativo, que se inscreve a trajetória de Maria Teresa de Lemos Vilaça, professora de História e militante da ALN. Sua formação, para além de seu percurso educacional formalmente estruturado, se construiu nos interstícios da luta partidária e clandestina bem como nas redes de resistência que soube criar. Sua história revela não apenas a participação de mulheres nos espaços da luta armada, mas, sobretudo, os modos subterrâneos de forjar-se politicamente em meio aos limites socialmente impostos ao gênero feminino.

SOCIABILIDADES, ENGAJAMENTO E REPRESSÃO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DE MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA

Longe de ocuparem papéis periféricos, as mulheres opositoras ao regime ditatorial exerceram sua militância política com os recursos e possibilidades de que dispunham, tensionando os limites impostos por sua condição social, de classe e de gênero feminino. Como propõe Michelle Perrot (2007), as experiências femininas devem ser consideradas fontes legítimas para a compreensão dos processos históricos, pois permitem acessar dimensões frequentemente silenciadas pela documentação oficial e pelas narrativas políticas tradicionais, especialmente aquelas relacionadas ao cotidiano da militância, às redes de apoio, às tarefas de bastidor, à circulação de informações e às formas de resistência exercidas fora dos espaços públicos de liderança. Nessa perspectiva, destacamos a trajetória de Maria Teresa Vilaça e os elementos que revelam seus modos de resistir e formar-se em um contexto eminentemente autoritário.

Maria Teresa, que mais tarde adotaria o codinome “Adriana”, nasceu em 15 de outubro de 1945. Sua vida, desde cedo, esteve ligada à realidade dos trabalhadores do campo, cujas condições de exploração e desigualdade ecoavam nas margens da cana-de-açúcar. Assim rememorou em entrevista concedida a Paulo Mello (2021, p. 263): “Meu pai era coletor estadual, morei em São José do Egito, Moreno e Gravatá, conheci a seca, as greves e as questões das Ligas Camponesas. Meus amigos eram pessoas ligadas à classe trabalhadora ou trabalhadores rurais”.

Essa convivência com contextos marcados pela exploração no mundo rural ajuda a compreender sua posterior atuação na Cooperativa de Artesanato dos Estudantes da Universidade do Recife (COOPERART)⁷. Embora registrada como instituição filantrópica, a Cooperativa promovia ações de formação política entre camponeses e funcionava como espaço de mobilização popular. Financiada por esposas de proprietários de engenhos, a COOPERART, contraditoriamente, desempenhou papel importante na articulação de queimadas de canaviais como forma de pressão econômica sobre os usineiros, ampliando, com isso, a capacidade de ação coletiva entre os camponeses.

Ainda que as fontes consultadas não permitam precisar o ano exato de sua entrada no PCB, os indícios documentais e testemunhais indicam que sua aproximação com o partido ocorreu no contexto de sua atuação junto à COOPERART. Foi nesse espaço que Maria Teresa atuou ao lado

⁷ A COOPERART foi uma experiência coletiva criada no início da década de 1960 por estudantes da então Universidade do Recife (atual UFPE). Com base na articulação entre práticas educativas, culturais e políticas, buscava integrar ações formativas às demandas sociais do período, constituindo-se como espaço alternativo de engajamento estudantil no âmbito universitário.

de outras mulheres militantes do PCB, entre elas Susana Maranhão⁸ e Rildete Peterson⁹, constituindo suas primeiras redes de sociabilidade política e de militância organizada.

Com a intensificação da vigilância sobre projetos de extensão universitária, a Cooperativa passou a ser vista com desconfiança pela repressão e foi desarticulada. Tais projetos eram considerados “focos de doutrinação ideológica”, o que justificava, aos olhos do regime, a perseguição e criminalização de estudantes, docentes e agentes comunitários a eles vinculados (Vechia, 2005). Atuada pela primeira vez, ainda em 1964, em razão de seu trabalho junto à Cooperativa, Maria Teresa encontrou na COOPERART tanto um canal de inserção em redes partidárias mais amplas quanto sua primeira experiência diante dos riscos assumidos por mulheres que ousavam romper com as formas tradicionalmente destinadas à (não) participação política feminina.

O episódio não interrompeu sua atuação política, mas reorientou suas táticas de inserção militante. Até então vinculada ao trabalho com camponeses e às redes construídas em torno da cooperativa, Maria Teresa ingressou, em 1964, no curso de História da então Faculdade de Filosofia de Pernambuco, atual UFPE. A experiência universitária não constituiu o ponto de partida de sua formação política, mas ampliou um percurso já em andamento, articulando sua atuação prévia junto às camadas populares e ao repertório intelectual e organizativo do movimento estudantil. Conforme narrado por ela em seu processo de anistia:

Desde a época do golpe militar em 1964, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, militei no Movimento Estudantil, tendo sido eleita vice-presidente do DA, participando de todas as atividades contra a ditadura militar, recebendo já nessa época, juntamente com outros estudantes “recados! dos órgãos de repressão para que “mudássemos de comportamento” sob pena de sofrer represálias (Vilaça *apud* APEJE, 2012, p. 13).

Desde os primeiros meses após o golpe – há que se ressaltar –, o aparato repressivo buscou enquadrar o movimento estudantil como ameaça à ordem instituída. Assembleias, panfletagens, ocupações e greves passaram a ser tratadas como atos subversivos, enquanto estruturas representativas como a União Nacional dos Estudantes (UNE) foram desarticuladas e substituídas por instâncias alinhadas ao regime, como o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), o que denota a tentativa de controle político sobre a juventude estudantil.

Mesmo diante dessa ofensiva, os movimentos estudantis se consolidaram como polos de resistência. Conforme define Gohn (2011, p. 335), tratava-se de “[...] ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam distintas formas de organização e de expressão das demandas da população”. Estudantes secundaristas e universitários passaram a contestar os retrocessos nos espaços educativos e o próprio regime autoritário. Mobilizando-se pela Reforma Universitária e contra os Acordos MEC-USAID¹⁰, promoveram também reuniões em centros acadêmicos e grêmios estudantis, além de seminários sobre temas como imperialismo e marxismo

⁸ Susana Maranhão foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, mediante o racha interno do partido, migrou para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi companheira de Bruno Maranhão, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), com quem partilhou as experiências de militância política e clandestinidade.

⁹ Rildete Peterson, também identificada como Rildete Alves Rodrigues, era militante pernambucana natural de Garanhuns e integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Atuou na resistência contra a ditadura militar e foi assassinada durante a Chacina de Quintino, episódio emblemático ocorrido no Rio de Janeiro em 1973, marcado pela execução de militantes da esquerda por agentes da repressão.

¹⁰ Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

(Brayner, 1989). Embora não figurassem como educação formal, representavam a apropriação do espaço universitário como território de formação política, para além da formação profissional (Peixoto, 2022).

No caso de Maria Teresa, seu engajamento político, como já anunciado, forjou-se inicialmente junto a trabalhadores rurais e militantes de esquerda e, somente mais tarde, adentrou o espaço acadêmico, não como ponto de partida, mas como aprofundamento de uma formação já em curso. Sua trajetória desafia leituras lineares dos processos formativos políticos sem apartar-se da formação acadêmica, demonstrando como a militância pode ter origem e fortalecimento nos espaços informais da vida cotidiana bem como nos vínculos de solidariedade que se constroem dentro e fora dos muros da universidade.

Em 1967, Maria Teresa concluiu o curso de História e passou a atuar como professora, com destaque para sua experiência no Curso Machado de Assis, situado na Rua da Concórdia, no centro do Recife. Essa posição docente seria posteriormente mobilizada em sua atuação política, pois lhe permitiu circular por diferentes espaços sociais com relativa discrição. O ponto de inflexão ocorreu em 1969, quando rompeu com o PCB, em meio às divergências sobre a luta armada. Como afirmou em entrevista a Mello (2021, p. 187, sic): “[...] foi muito difícil para mim e para a maioria dos militantes que conheço romper com o PCB, eu preferia que o partido tivesse mudado, e tivesse um discurso favorável à luta armada”. Já formada e atuando como professora de História, aproximou-se da Ação Libertadora Nacional (ALN), concentrando-se, majoritariamente, em funções de apoio logístico e articulação política.

Valeu-se justamente de sua posição enquanto educadora para transitar com relativa discrição por diferentes espaços sociais. Nesse período, aproximou-se de Luciano Almeida, Rholine Sondé Cavalcanti e Maurício Anísio, militantes que formaram a linha de estruturação da ALN em Pernambuco, sendo uma das principais colaboradoras na expansão das bases da organização em Pernambuco (Mello, 2021).

Ainda que as fontes disponíveis não indiquem que Maria Teresa tenha recebido treinamento formal para o uso de armamentos, tampouco confirmem o uso direto de armas por ela, há registros de ações da organização nas quais sua atuação logística foi mencionada, como assaltos a bancos e estabelecimentos comerciais, formas comumente empregadas no sustento da luta revolucionária naquele contexto (Mello, 2021). Além disso, por ser uma das poucas integrantes da ALN em Pernambuco nascidas no estado, era ela que detinha e articulava parte significativa dos contatos tanto dos antigos partidários do PCB quanto do movimento estudantil (Mello, 2021).

A logística e a cooptação, nesse escopo, incluíam tarefas de inteligência, articulação de rotas, levantamento de informações e avaliação de riscos, campo de atuação que exigia rigor e capacidade de análise das dinâmicas que compunham os espaços visados para as ações da ALN. Estar nessa posição significava assumir responsabilidades que exigiam olhar ampliado sobre o funcionamento do grupo e de cada operação. A despeito da desvalorização atribuída às funções logísticas, muitas vezes invisibilizadas diante da centralidade conferida ao enfrentamento armado (Ribeiro, 2018), foi nesse lugar tido, por vezes, como bastidor, que ela também se formou como militante.

Embora tais gestos de planejamento pudessem ser vistos como “menores” diante do combate armado, tratava-se de práticas fundamentais para a sustentação da resistência e para a obtenção de recursos em um contexto de repressão. Isso se torna ainda mais evidente se considerarmos que, em Pernambuco, a ALN e seus militantes tinham poucos recursos para manter a organização, uma vez que o comando nacional não repassava recursos financeiros às células estaduais (Mello, 2021). Daí a importância de ações como as de Maria Teresa e de outras mulheres que se ocupavam “[...] da propaganda, do recolhimento de dinheiro e de outros recursos

necessários à imprensa clandestina”, forneciam alimentos, medicamentos, refúgio, esconderijos, rotas e informações, sustentando redes, sem as quais a organização não teria se sustentado (Ribeiro, 2018, p. 8).

Partimos da análise de que a formação política construída na militância clandestina esteve pautada na urgência da ação e no companheirismo produzido nas circunstâncias da repressão. Se “é na práxis que os homens se educam mutuamente, pela mediação do mundo”, como propõe Freire (2011, p. 79), valores como solidariedade, capacidade de gestão de recursos humanos e financeiros e a própria manutenção das redes compostas por militantes foram aprendizados desenvolvidos entre os pares da ALN, indispensáveis não apenas à sobrevivência de Maria Teresa, mas também da própria organização.

O cotidiano compartilhado entre os militantes era igualmente espaço de trocas simbólicas e afetivas que transcendiam a lógica instrumental da luta. Exemplo disso está no destaque que Luciano Almeida, em entrevista a Mello (2021), confere ao fato de ter se tornado torcedor do Santa Cruz por influência de Maria Teresa, com quem assistiu a uma partida de futebol, em 1969, no Recife. A cena, à primeira vista trivial, revela o entrelaçamento entre afeto e política, compondo o tecido de uma sociabilidade que fortalecia vínculos e sustentava emocionalmente os grupos militantes. Esse entrelaçamento evidencia que a formação política não se fazia apenas nos encontros táticos ou nas leituras universitárias, mas também nos laços de amizade e nas afinidades que ela soube cultivar.

Com o endurecimento da repressão, Maria Teresa Vilaça foi presa por agentes do DOPS-PE em 30 de março de 1970, sob a alegação de sua suposta participação no assalto ao Banco Financial, ocorrido no bairro de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes. Embora não estivesse presente no momento da ação, foi acusada de colaborar no planejamento prévio. Segundo seu testemunho, sua tarefa consistiu em adentrar o banco no dia anterior e, disfarçada de cliente, observar o funcionamento do espaço, sobretudo a contagem de funcionários, localização das mesas, horários de maior e menor fluxo de pessoas e os momentos em que o cofre era aberto (Apeje, 2012; Mello, 2021). Informações que, uma vez repassadas à organização, integrariam o mapa de viabilidade da investida.

Após sua prisão, Maria Teresa foi mantida por três meses na sede do DOPS-PE, sob condições de detenção, com outras militantes com quem compartilhou o cárcere e foi submetida a diferentes formas de agressão física e psicológica. A violência era tamanha que, mesmo as agressões que ela não sofreu diretamente marcaram-na profundamente. Como ressaltou: “Às vezes, quando as pessoas conversam comigo, eu digo assim: Eu vou falar de várias torturas, aí a pessoa diz: ‘Você passou por todas?’, respondo: Não, mas é como se tivesse passado” (Cavalcanti, 2024, p. 80 *apud* Vilaça, 2023, p. 27). Sua narrativa evidencia que os efeitos do terror não se restringiam à dor física, mas operavam também no campo da memória, da empatia e da constituição de um corpo vulnerabilizado.

Condenada a dez anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, foi transferida para a Colônia Penal Feminina Bom Pastor, localizada na capital pernambucana, onde permaneceu pouco mais de quatro anos até ser libertada. Sobre essa transição, é válido ressaltar que:

A prisão feminina, nesse caso, significava dar uma trégua às violências, algo curioso, pois em termos jurídicos deveria ser a punição máxima aos subversivos. O espaço, que era somente ocupado por mulheres e controlado por freiras que faziam a guarda interna do lugar, representava a repressão branda (Cavalcanti, 2024, p. 89, *sic*).

Ainda que, inicialmente, não houvesse separação entre mulheres condenadas por crimes comuns e aquelas perseguidas por motivações políticas, essa distinção, com o endurecimento repressivo, passou à rotina institucional, marcada pela divisão entre detentas e pela substituição progressiva das freiras por agentes da Polícia Militar. O cotidiano das apenadas políticas diferia daquele reservado às presas comuns, já que a estas últimas era imposto o cumprimento de cursos de culinária, corte e costura, sob a justificativa de “ressocialização” (Cavalcanti, 2024). Isso não acontecia com as primeiras, pois se partia da ideia de que essas mulheres – as presas políticas – vinham majoritariamente de contextos urbanos, de classe média, com escolarização formal, o que desestabilizava o discurso oficial de que o cárcere deveria ensiná-las a “ser alguém na vida”.

Em 1974, já após anos de encarceramento, Maria Teresa foi transferida para celas individuais destinadas a presas comuns, porém não sem ressalvas. Conforme aponta em seu processo de anistia:

[...] no dia em que fui transferida para o corredor para as celas individuais das presas comuns, foi feita pelo pessoal da Secretaria de Segurança uma reunião com as mesmas, sem minha presença, quando todo tipo de descrição acerca de minha periculosidade, foi apresentada (APEJE, 2012, p. 15, sic).

O intuito era claro: isolar a militante e romper os vínculos de solidariedade construídos entre as presas políticas que, mesmo em ambiente repressivo, poderiam sustentar práticas de resistência coletiva. Cientes da força dessas conexões, os militares buscavam desarticular as formas de convivência constituídas no interior do cárcere.

Paralelamente à punição física e ao isolamento, o regime buscava impedir o acesso das presas políticas à formação intelectual. Como apontado por Brayner (1989), muitos jovens militantes voltaram-se à leitura de autores considerados subversivos — como Marx, Lênin e Stalin — que ofereciam, na contramão do discurso oficial, fundamentos para pensar sua práxis política. Esse foi também o caso de Maria Teresa que, em seu processo indenizatório, narrou: “uma vez arrancaram a lâmpada da minha cela para que eu não pudesse ler até dez horas (a luz era desligada no corredor das celas às 21h), mas eu lia à luz de vela” (Vilaça *apud* APEJE, 2012, p. 15).

Mesmo sem dar detalhes sobre como teve acesso a esses livros, o fato de mantê-los na cela mostra que sua sociabilidade, tanto a nutrida antes da prisão quanto a mantida no ambiente prisional, desempenhou papel fundamental nesse processo, provavelmente viabilizando a entrada dos materiais de leitura. Durante o Regime, era comum que militantes camuflassem obras consideradas perigosas, trocassem capas e intercalassem trechos de obras subversivas com textos tidos como “inofensivos”. Tal prática reverberava entre militantes encarceradas, como afirmou Maria Teresa:

[...] eles não entendiam muito bem os nomes de livro, se tivesse “massa” e “vermelho” não entrava — poderia ser: “como fazer esmalte vermelho”, não entrava. [...] se entrasse “Psicologia das massas”, não entrava. Mas entrou, por exemplo, “A Ideologia Alemã”, de Marx, eu não consegui nem ler de tanto que me tremia, pensando: “Meu Deus, será que esses homens não viram?” (Cavalcanti, 2024, p. 137 *apud* Vilaça, 2023, p. 27).

Essas marcas, inscritas no corpo e na memória, não cessaram com o fim do encarceramento. Libertada em 31 de maio de 1974, deixou os muros da penitenciária, mas não as lembranças que nela se consolidaram, como reconhece em seu processo de anistia:

[...] depois da prisão, tive muitos problemas de readaptação ao dia a dia, memória falhando, depressão, dificuldades de compreender as coisas, momentos de distanciamento de tudo, pesadelos e medo. Medo repentino, sem causa, sem consciência de onde vem. Medo, lembranças, autocontrole para não chorar. Saudade e raiva (Vilaça *apud* APEJE, 2012, p. 15).

Ainda assim, diante das cicatrizes emocionais e da tentativa de silenciamento imposta pelo Estado, Maria Teresa encontrou meios de reelaborar sua trajetória e reinscrever sua existência nos espaços da formação e da memória. Concluiu o mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuou como professora de Metodologia do Ensino Superior e integrou o Conselho Administrativo da Fundação Visconde de Cairu. Participou ainda da produção e sistematização dos dados técnicos do Memorial Online Mércia Albuquerque (Diários 1973-1974), disponível no site DHnet, iniciativa dedicada à difusão da memória e da justiça por meio da tecnologia. Sua atuação ampliou-se, assim, para uma agenda pública, comprometida com o reconhecimento das violações cometidas pelo Estado e com mecanismos coletivos de reparação.

Ao se dedicar à sistematização de informações sobre vítimas da repressão, Maria Teresa tem contribuído para a democratização do acesso à história recente do país, ainda que a luta pelo direito à memória e à verdade siga atravessada por entraves estruturais. Ao considerarmos como os obstáculos à abertura e organização dos arquivos da repressão ainda têm comprometido o exercício da memória como prática política e pedagógica, sua atuação evidencia uma militância que persiste para além da atuação partidária e se reinventa nas frentes possíveis, mantendo em debate a responsabilização do Estado e dos agentes perpetradores de violações dos direitos humanos, como forma de impedir sua repetição.

Assim, sua trajetória pós-ditadura, mais do que uma superação de um período traumático, é fruto do desdobramento ético e político de uma formação forjada na resistência ao autoritarismo e à exploração dos trabalhadores do campo. Ao reivindicar a memória e a reparação das vítimas do regime, Maria Teresa tem inscrito sua experiência na luta mais ampla por democracia e, como professora, por uma educação para o não esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Maria Teresa de Lemos Vilaça, que não se esgota em sua individualidade, permite compreender que a formação política de mulheres em contextos autoritários não se produziu apenas nos espaços reconhecidos pela tradição educacional, mas também nas zonas de risco, nos vínculos de sociabilidade, nas práticas de solidariedade, nos deslocamentos entre universidade, campo, partido, docência, clandestinidade e cárcere. Sua experiência evidencia que a militância organizada e possível não foi um desvio em relação à formação, mas uma de suas dimensões constitutivas, uma vez que a repressão sofrida não inaugurou sua consciência política, mas potencializou sua compreensão sobre o autoritarismo e consolidou uma postura de resistência diante das tentativas de silenciamento impostas pelo Regime.

E se, como aponta Perrot (1998), a ausência de mulheres na história não decorre da falta de participação nos processos históricos, mas da violência do silêncio que estrutura a própria lógica da escrita historiográfica, o reconhecimento das experiências de mulheres políticas como práticas formativas é também um gesto de reposicionamento epistemológico frente àquilo que foi, durante décadas, invisibilizado. Prescrutar trajetórias como a da professora Maria Teresa de Lemos Vilaça não apenas permite ampliar os horizontes da História da Educação como também confronta a narrativa hegemônica que limitou o político ao espaço masculino e o educativo aos muros da escola

e da universidade. Trata-se, portanto, de escrever uma outra história, a partir das frestas por onde as mulheres resistiram, pensaram e formaram-se.

São histórias que, por certo, parecem menos “monumentais”, mas são igualmente constitutivas da história do nosso tempo presente. Daí decorre sua força atual: em tempos nos quais discursos autoritários ainda disputam o passado e ameaçam o horizonte democrático, retomar e dar a ver trajetórias como a de Maria Teresa é também educar para o “nunca mais”, para a não desesperança, isto é, para a recusa do esquecimento e para a possibilidade de imaginar, mesmo entre ruínas, outras formas de vida, de justiça e de futuro.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO [APEJE]. *Comissão da Verdade*: processo de anistia de Maria Tereza Lemos Vilça. Recife: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012. Disponível em: <http://comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-tereza-lemos-vilaca-pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Formação e ação política de mulheres durante a ditadura civil-militar: experiências de militantes presas em Pernambuco. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 25, e073197, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/73197>. Acesso em: 6 jun. 2026.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NASCIMENTO, Raquel Barreto. Entre o professorado e a militância política: o caso de Maria Celeste Vidal (1929-1998). *Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 30, n. 63, p. 193-206, jul./set. 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.21879/faceba2358-0194.2021.v30.n63.p193-206>.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. *Revista Justiça do Direito*, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611>. Acesso em: 3 abr. 2025.

BORTOLI, William Gustavo de. O amadurecimento dos sistemas de combate à corrupção no Brasil. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste*, [S. l.], v. 4, p. e21195, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apemusmo/article/view/21195>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido Comunista em Pernambuco*: mudança e conservação na atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco, 1956-1964. Recife: Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

CAVALCANTI, Luíza Vieira. *Corpos que falam*: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/bf1e215f-69d3-4cb0-ad51-9aa151af92b9>. Acesso em: 28 jul. 2025.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27519919005.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020.

MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque. *Ação Libertadora Nacional – ALN: trajetória de um grupo de militantes em Pernambuco (1968-1970)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

PEIXOTO, Maria Angélica. Formação e movimento estudantil. *Revista Movimentos Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 161-182, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rms/article/view/253>. Acesso em: 25 set. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública - SSP. *Prontuário individual de Maria Teresa de Lemos Vilaça*. Recife: Secretaria de Segurança Pública, 1974. Nº 19.010.1974.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história de mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

ROZOWYKWIAT, Joana. *Subversivos: 50 anos após o golpe*. Recife: Cepe Editora, 2014.

SANTOS, Alessandra Maria. *A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)*: Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste). 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12821>. Acesso em: 25 set. 2025.

SANTOS. Alessandra Maria; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Duas mulheres, dois livros: narrativas femininas sobre a campanha “De Pé no Chão se Aprende a Ler”. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 1, pág. 1-20, jan./mar. 2024. Disponível em: <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 25 set. 2025.

TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. *Cadernos da Escola de Direito*, [S. l.], v. 3, n. 26, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3053>. Acesso em: 25 set. 2025.

VECHIA, Renato da Silva Della. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: (1967-1973)*. 318 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5801>. Acesso em: 25 set. 2025.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*. 413f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>. Acesso em: 1 abr. 2026.

Submetido em junho de 2026
Aprovado em junho de 2026

Informações das autoras

Maria Eduarda Coutinho Oliveira Santos
PPGEdu/ UFPE
E-mail: eduarda.coutinho@ufpe.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4552-5904>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6506302553828720>

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
PPGEdu/ UFPE
E-mail: raylane.navarro@ufpe.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749653436674174>

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva
PPGEdu / UFPE
E-mail: tayanne.morais@ufpe.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9868-7151>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9923662999985451>